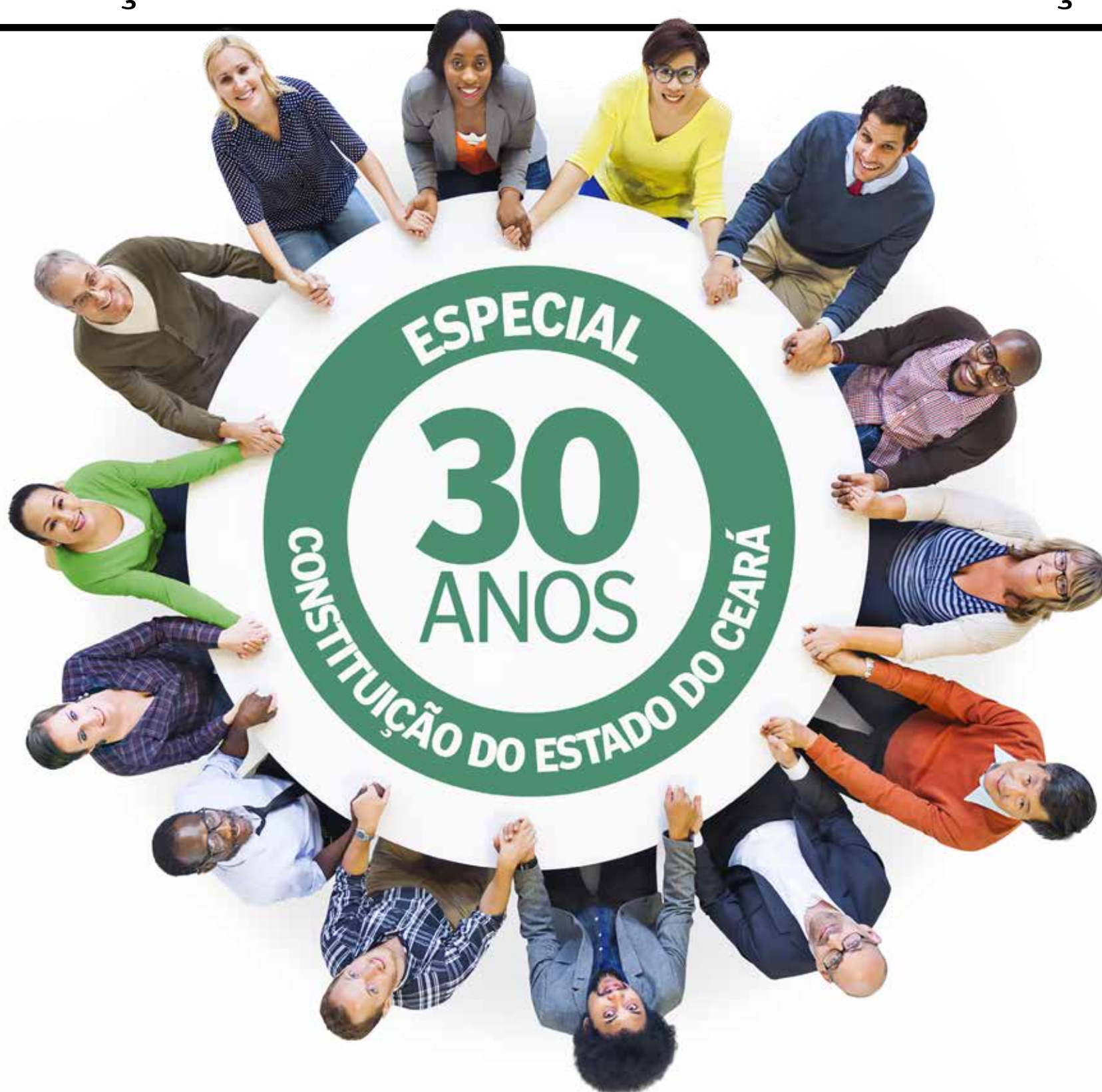


# AL NOTÍCIAS

SERVIÇOS + CIDADANIA + AVANÇOS



## QUEM FAZ

## MESA DIRETORA

Presidente

**José Sarto (PDT)**

1º Vice-presidente

**Fernando Santana (PT)**

2º Vice-presidente

**Daniel Oliveira (MDB)**

1º Secretário

**Evandro Leitão (PDT)**

2º Secretário

**Aderlânia Noronha (SD)**

3º Secretário

**Patrícia Aguiar (PSD)**

4º Secretário

**Leonardo Pinheiro (PP)**

SUPLENTE

1º suplente

**Osmar Baquit (PDT)**

2º suplente

**Bruno Gonçalves (Patri)**

3º suplente

**Romeu Aldigueri (PDT)**

## AL NOTÍCIAS

ÓRGÃO OFICIAL DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

nº 107 junho 2019

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Daniel Aderaldo

EDIÇÃO - Lúcia Stedile

SUBEDITOR - Dídio Lopes

REDAÇÃO: Dídio Lopes e Lúcia Stedile

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Alessandro Muratore e Alice Penaforte

FOTOGRAFIA - Paulo Rocha, Máximo Moura,

Dario Gabriel, Marcos Moura, Bia Medeiros,

José Leomar e Edson Júnior Pio

FOTO DA CAPA: Arquivo / Agência de Notícias

IMPRESSÃO: Gráfica Ronda

Tiragem : 30 mil exemplares

Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará

FALE COM A GENTE

Av. Des. Moreira, 2807 | Dionísio Torres

CEP: 60170.900 | Fortaleza - Ceará

TELEFONE

(0XX85) 3277.2500

PORTAL

http://www.al.ce.gov.br

DISQUE ASSEMBLEIA

0800 280 2887

OUVIDORIA

(0XX85) 3257.9797 | ouvidoria@al.ce.gov.br

Assembleia  
comemora os

30 anos

da Constituição  
Estadual

ARTIGO

EDIÇÃO ESPECIAL É  
ESFORÇO COLETIVO DA  
COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

Para celebrar os 30 anos da Constituição do Estado do Ceará a equipe de comunicação da Assembleia Legislativa encampou o desafio de resgatar documentos, fotografias, bibliografias e depoimentos de fontes que participaram ativamente do processo de elaboração da nossa Lei Maior. Ouvimos parlamentares que elaboraram e apreciaram o texto e também assessores que atuaram no dia a dia das discussões de cada um dos 336 artigos que compõem nossa Constituição, além de juristas que se dedicam ao estudo das leis na academia ou militam no Direito em nosso Estado.

Trata-se de um trabalho desenvolvido coletivamente pelos profissionais da TV Assembleia, da FM Assembleia, das Mídias Sociais, da Agência de Notícias, da Revista Plenário e deste jornal. Tudo em parceria e com apoio dos diversos setores da Casa. Nossa equipe atuou trocando informações, compartilhando entrevistas, debatendo inconsistências e alinhando um material de primeira qualidade para entregar aos cearenses conteúdos jornalísticos nas diversas plataformas de notícias de que dispomos.

Realizamos um grande resgate desse marco legal e histórico para, assim, oferecermos aos cidadãos fontes de consultas oficiais e confiáveis de fácil acesso, além de, ao mesmo tempo, instigarmos uma discussão atual sobre o Estado Democrático de Direito, a fim de chamarmos atenção da sociedade cearense sobre a importância da nossa Lei Maior e o impacto dela na vida cotidiana da população.

Com esse espírito, apresentamos esta edição especial do Jornal AL Notícias.

**Boa leitura!**

**Jornalista Daniel Aderaldo**  
Coordenador de Comunicação da Assembleia  
Legislativa do Ceará

O PARLAMENTO CEARENSE PROGRAMOU SÉRIE DE  
EVENTOS COMEMORATIVOS EM SEUS VEÍCULOS DE  
COMUNICAÇÃO, SESSÃO SOLENE, DEBATES E UM  
SEMINÁRIO SOBRE DIREITO CONSTITUCIONAL

A

Assembleia Legislativa do Ceará comemora ao longo do mês de outubro os 30 anos da Constituição estadual. Aberta com um seminário no dia 4/10, dia do aniversário da promulgação da Carta Magna, a programação tem seguimento por todo mês, com a realização de sessão solene, debates e programação especial em todos os veículos de comunicação da Casa.

No dia 4 de registra-se o I Seminário de Direito Constitucional da Assembleia Legislativa do Ceará numa realização da Procuradoria da Casa em parceria com o Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (Unifor). Entre os participantes, juristas, acadêmicos e autoridades do Poder Judiciário, como o Ministro do STF, Ricardo Lewandovsky.

No dia 7 a Casa realiza uma sessão solene comemorativa aos 30 anos da promulgação da Constituição do Estado, quando será feita uma homenagem aos deputados constituintes vivos e 'in memoriam' aos já falecidos. No mesmo dia, a Casa promove um debate, no Auditório Murilo Aguiar, com políticos de projeção nacional, como o ex-Ministro Ciro Gomes.

A Coordenadoria de Comunicação Social elaborou uma agenda comemorativa ao longo do

mês de outubro. Segundo o Coordenador, jornalista Daniel Aderaldo, a ação envolve todas as ferramentas. A Rádio Assembleia leva ao ar ao longo do mês uma série de entrevistas com participantes da Constituinte, juristas e representantes da sociedade civil envolvidos no processo.

A TV Assembleia exibirá uma série de três reportagens e um documentário sobre o tema. A Revista Plenário e o Jornal AL Notícias circulam com uma edição especial sobre os 30 anos da Carta estadual. O Portal Assembleia inaugura uma galeria, que assumirá caráter permanente, fazendo um resgate histórico do período e onde é possível encontrar textos e entrevistas com os deputados constituintes remanescentes.

"O setor de Comunicação da Casa, por meio de todos os seus veículos, estará envolvido num projeto especial de resgate histórico e discussão sobre o fortalecimento do Estado Democrático e de Direito", disse Daniel Aderaldo, informando ainda que a Casa fará nesse período uma campanha institucional na mídia local de valorização do papel do Parlamento, dos legisladores e do Poder Legislativo como um todo. Por fim, a Coordenadoria editou e publicará uma edição de luxo da Constituição do Estado, enquanto o Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento do Ceará (Inesp) também fará uma nova edição atualizada Carta Magna.





# TEMPO DE REAFIRMAR VALORES DEMOCRÁTICOS



DARIO GABRIEL

Fincada na soberania popular, na democracia representativa, nos direitos humanos e na harmonia entre os poderes, a Carta Magna é a tradução do sentimento dos brasileiros num contexto sociopolítico de grande efervescência, pós-regime militar. Fruto da instituição do Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal de 1988 assegurou direitos fundamentais e representa um marco em conquistas sociais e políticas.

Aqui no Ceará, em 1989, a construção da Carta Estadual contou com grande participação popular, impulsionada pela reabertura democrática. Os constituintes eleitos vivenciaram meses de intensa discussão e se pautaram pelo compromisso com um texto socialmente justo e incluyente. Seguiram os preceitos de representar, legislar e fiscalizar, sem perder de vista a árdua missão de mediar conflitos da sociedade.

Tal bravura abriu caminho consistente para os trabalhos realizados hoje na Assembleia Legislativa, composta por 46 deputados que representam distintos matizes ideológicos e segmentos sociais. Essa diversidade resulta de uma maturidade democrática que merece ser comemorada. Por isso, celebraremos os 30 anos da nossa Constituição com programação especial.

Além do I Seminário de Direito Constitucional, o Legislativo Estadual homenageia em sessão solene os constituintes de 1989 e realiza um debate com renomados políticos cearenses. Os veículos de comunicação da Casa estão envolvidos produzindo conteúdo em múltiplas plataformas e dedicados a remontar os fatos daquela época.

O enaltecimento da Carta Estadual ocorre num momento de necessária reafirmação democrática. É um ato político, que resiste a recorrentes afrontas às garantias fundamentais, invocando a população a se envolver nas atividades da Casa e estimulando um debate que prima pelo respeito ao contraditório.

**Deputado Estadual José Sarto**

Presidente da Assembleia Legislativa do Ceará

# I SEMINÁRIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

EM HOMENAGEM AOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Seminário de Direito Constitucional da Assembleia Legislativa do Ceará - Em homenagem aos 30 anos da Constituição Estadual é o primeiro evento comemorativo de uma série que terá seguimento ao longo do mês de outubro no Parlamento Cearense. O Seminário tem a participação de juristas, acadêmicos e políticos, e foi organizado pela Procuradoria da AL em parceria com o Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza. Entre os conferencistas estão o Ministro do STF, Ricardo Lewandovsky e o professor Dr. George Marmelstein. O Evento acontece no dia 4 de outubro, com abertura às 8h30min.



NELSON JR./SC0/STF

Ministro do STF, Ricardo Lewandovsky fará conferência sobre os 'Desafios contemporâneos do Federalismo Brasileiro'

## PROGRAMAÇÃO

**8h - Credenciamento**

**8h30min - Solenidade de abertura**

**9h - Painel - Ativismo Judicial e o Efeito Backlash à Jurisdição Constitucional**

**Palestrantes:**

**George Marmelstein**

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. Professor de Direito Constitucional e Filosofia do Direito. Juiz Federal.

**Rubens Beçak**

Mestre, Doutor e Livre-Docente, USP; Professor da USP).

**Rafael Xerez**

Doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. É professor da Unifor e Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de Fortaleza.

**10h - Painel - O controle abstrato de constitucionalidade das normas estaduais e municipais**

**Palestrantes:**

**Gina Vidal Marcílio Pompeu.**

Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa.

Doutora em Direito pela UFPe. Mestre em Direito pela UFC. Coordenadora e Professora da Unifor. Consultora Jurídica da Assembleia do Ceará.

**Natércia Sampaio Siqueira**

Pós-doutoranda em Direito econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Mestre em Direito Tributário pela UFMG.

**Juraci Mourão**

Doutor, Unifor; Professor da UniChristus e Procurador do Município de Fortaleza

**11h00min - Desafios contemporâneos do Federalismo Brasileiro**

Conferencista: **Ministro Ricardo Lewandowski (STF)**

**12h - Intervalo para almoço**

**14h - Painel - Assembleias Legislativas: poder político, competências e crises de funções**

**Palestrantes:**

**Filomeno Moraes**

Livre-docente em Ciência Política pela UFC. Doutor em Direito pela USP. Mestre em Ciência Política.

**Lígia Melo**

Doutora em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUC/PR. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Professora do Curso de Direito da UFC.

**Vania Aieta (confirmada).**

Pós-Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (2018) e pela PUC-Rio (2017). Doutora em Direito Constitucional pela PUC-SP (2003).

**15h00min - O neoconstitucionalismo no ambiente da pós-verdade**

**Palestrantes:**

**Luiz Moreira Gomes Júnior**

Doutor em Direito e Mestre em Filosofia pela UFMG e ex-conselheiro do CNMP. Diretor Acadêmico da Faculdade de Direito de Contagem.

**Paulo Sávio Peixoto Maia**

Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência da **Câmara dos Deputados**.

**Rodrigo Martiniano Ayres Lins**

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Procurador-Geral da ALECE e Professor da Unifor. Moderador: Dep. Elmano de Freitas (PT)

**16h00min - Painel - A erosão do Texto Constitucional**

**Palestrante:**

**Martonio Mont'alverne Barreto Lima**

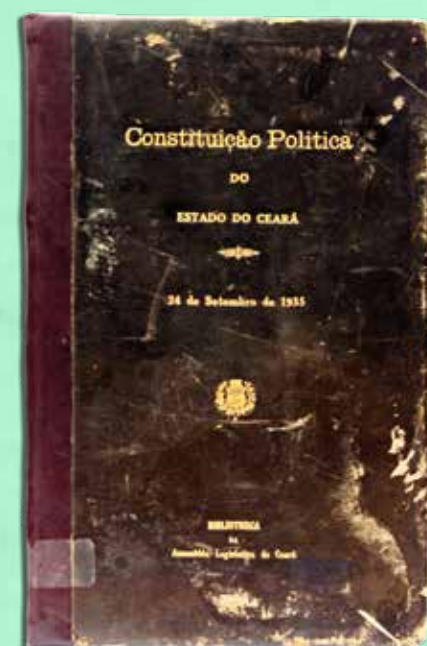
Doutor e Pós-Doutor em Direito (Rechtswissenschaft) pela Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main. Procurador de Fortaleza.

**17h00min - Encerramento**





# A LEI SUPREMA DO ESTADO DO CEARÁ



# A

Constituição é também chamada de Carta Magna por ser a Lei Suprema de um País ou dos Estados. Assim, a Constituição estadual de 1989 é a Lei Fundamental do Estado do Ceará. Suprema porque nela estão contidas as normas e princípios basilares de todo o ordenamento jurídico do Estado, assim como a Carta Federal contém as do País. A lei maior de um estado é elaborada respeitando os limites da Federal. Nela estão estabelecidas as bases da estrutura política e social, tratando da aquisição, exercício e limitação do poder, distribuindo competências, estabelecendo os direitos e garantias fundamentais que pertencem aos cidadãos.

A nossa Constituição Federal de 1988 completou trinta anos em 2018. A Constituição do Ceará, promulgada em 1989, completa 30 anos no dia 5 de outubro deste ano. A promulgação da Carta Estadual, assim como a da Federal um ano antes, estabeleceu um marco histórico em função das conquistas para o povo cearense, assim como no ano anterior para o povo brasileiro.

A importância histórica da Constituição de 1988 e da subsequente Carta estadual de 1989 é imensa, pelo contexto histórico em que se desenvolveu. Após 20 anos de regime militar, que rapidamente descambou para um governo ditatorial e repressivo, sem a realização de eleições diretas e sem assegurar ao povo seus direitos e garantias fundamentais, os ares democráticos finalmente varriam o país e estavam consolidados. A população tinha demandas reprimidas, por participação cidadã, de modo que processos constituintes de então marcaram a evolução do constitucionalismo brasileiro, pôr contemplar a sociedade como um todo em seus diversos matizes.

A partir de então, o Brasil percorreu um período de reorganização democrática, pleno de avanços que eram pensados para a democracia ser constante, sem interrupções. Isso porque nossa história republicana é marcada por rupturas e posterior restabelecimento da ordem democrática. Esse mesmo clima de euforia democrática se reproduziu nos Estados.

A Constituição Estadual de 1989 é a nona na história do Ceará. Foi feita exercendo a competência estabelecida pelo art. 25 da Constituição Federal, o qual dispõe que os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados seus princípios, percorrendo os mesmos caminhos da Carta Federal, mas adequando-as às realidades de cada Estado.

Após a promulgação, seu texto recebeu a primeira emenda dois anos depois. A emenda promulgada pela mesa da Assembleia Legislativa do Ceará no dia 9 de abril de 1991 e até dezembro de 2011, 72 artigos haviam sido acrescentados por meio de emendas.

## CONSTITUIÇÕES REPUBLICANAS

A elaboração de Cartas Políticas dos Estados foi autorizada por fundamento do decreto Nº. 1 do governo Provisório republicano, baixado em 15 de novembro de 1889. Assim, o Estado do Ceará elaborou sua primeira Constituição republicana em 1891, criando uma câmara de deputados e um senado estadual. No ano seguinte, 1892, uma nova constituição estadual era promulgada.

Em 1921 o Ceará realizou outro processo constituinte, com a promulgação de uma nova Constituição. A esta se sucederam as constituições estaduais de 1925, 1935, 1945, 1947, 1967 e 1989. O Estado do Ceará elaborou nove constituições, enquanto o Brasil possuiu seis constituições federais e uma constituição imperial.

Na gestão Marcos Cals (2003/2004 - 2005/2006) uma parceria entre a Assembleia Legislativa do Ceará e a Universidade Federal do Ceará foi celebrada para a republicação de todas as constituições cearenses. Atualmente elas estão disponíveis no Portal oficial da ALECE ([www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)) e na Biblioteca César Cals de Oliveira, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A versão em vigor, atualizada até a Emenda Constitucional Nº 94 de 17 de dezembro de 2018, foi publicada em uma edição do Instituto de Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), na gestão do presidente Zezinho Albuquerque (2017-2018).



## O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO CEARÁ À ÉPOCA DA CONSTITUINTE

Em 1987, quando o Congresso Nacional iniciou os trabalhos de elaboração da Constituinte Federal, o País vivia a esperança de renovação. O Brasil estava em plena redemocratização, mas ainda havia cicatrizes e alguma frustração: em que pese termos saído em 1985 do Regime Militar que tantos traumas causou, a população precisou conviver com a derrota das Diretas Já depois de uma grande mobilização nacional e com a morte de Tancredo Neves antes que ele pudesse tomar posse como presidente do Brasil e, ao mesmo tempo ver ascender ao cargo máximo da República, José Sarney. Assim, uma nova Constituição era a última esperança da consolidação democrática que a população tanto ansiava.

Após a promulgação da Constituição Federal, chamada Constituição Cidadã, em 5 outubro de 1988, as assembleias estaduais instalaram seus processos constituintes na mesma data. Nem a Carta Federal nem as estaduais foram elaboradas por meio de Constituintes Exclusivas. Os legislativos foram alçados a essa condição em paralelo às suas atribuições ordinárias.

Se o contexto da Constituinte Federal ocorreu dentro do amadurecimento do processo democrático, contemplando demandas reprimidas da população, no Estado do Ceará não foi diferente e foi bastante intenso: ela movimentou toda a sociedade civil. O Estado vinha num ritmo de mudanças efetivas, o povo cearense ansiando por algo novo, com quebra de vários paradigmas. Em 1986 o então empresário Tasso Jereissati foi eleito Governador do Estado, derrotando um triunvirato de coronéis que, há anos, se revezava no Poder. O nome de Tasso surgiu num contexto maior, o do Movimento Pró-Mudanças, formado por jovens empresários a partir de uma mobilização que começaram na luta pelas Eleições Diretas.

A eleição de Jereissati, ocorrido pouco mais de um ano após redemocratização do País (o Regime Militar acabou em março de 1985) significou uma ruptura importante na política cearense e expressou o desejo da população por novos modos de fazer política, por demandas sociais e de desejo de participação nos processos decisórios. Com esse espírito a Constituinte estadual foi instalada dia 5 de outubro de 1988 com a função de adaptar a Carta estadual à federal.

### O INÍCIO DOS TRABALHOS

Logo no início a elaboração da Carta enfrentou contratempos e muitos não acreditavam que um trabalho produtivo pudessem ser realizado. O primeiro deles referia-se a relação da Assembleia Legislativa com o governo de Tasso Jereissati, o que culminou com a eleição de um opositorista, deputado Antônio Câmara (MDB) para presidir a Casa. Além disso, sua instalação se deu no início do período de campanha eleitoral nos municípios, o que fazia as sessões sofrerem esvaziamentos porque os parlamentares estavam em suas bases. Divididos entre campanhas, atividades ordinárias do Legislativo e o processo de elaboração da Constituinte, os parlamentares passaram, no começo, a sensação que os trabalhos não iriam progredir com grandes avanços.

Porém, em meio a esses entraves e às pressões, ora do Executivo, ora das entidades de classe, como as dos servidores públicos, ora da sociedade civil, ora da imprensa, os trabalhos foram progredindo, ganhando um ritmo próprio, com um maior envolvimento dos políticos e da sociedade e, ao final, a Carta cearense de 89 trouxe avanços significativos.

Esse impulso posterior nos trabalhos foi dado em boa parte pela cobrança da sociedade e também pela eleição de deputados mais jovens, quer da bancada da maioria, quer do Centrão, quer do lado progressista onde cinco parlamentares do PT e PDT formavam um bloco aguerrido. E assim, um ano depois, o deputado Antônio Câmara promulgava a nova Carta estadual, no dia 5 de outubro de 1989, em meio a manifestações e polêmicas nos dias que antecederam a solenidade.

Servidores estaduais e outras categorias se manifestavam fora do Parlamento, insatisfeitos com o que consideravam poucas conquistas, enquanto o governador Tasso Jereissati ameaçava não comparecer à solenidade de promulgação e juramento da nova Carta, contrariado por alguns direitos que seriam assegurados ao funcionalismo estadual, dentre eles a isonomia salarial, que prejudicaria o equilíbrio fiscal do Estado.

## PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

A Constituição cearense promulgada em 1989 não é apenas uma Carta cidadã, ela foi além: é uma Constituição participativa. Contou com intensa participação de diversos segmentos da sociedade civil de modo que os diversos segmentos se faziam representar por meio de instituições e entidades, levando aos deputados constituintes suas reivindicações, além de uma presença ativa nos debates. Foi assegurado na própria Carta mecanismos de participação mas o processo Constituinte criou a cultura de efetiva presença da sociedade nos processos decisórios das políticas públicas e especialmente nas discussões para elaboração de leis no Legislativo do Estado.

A realização de audiências públicas para discutir os mais variados temas durante a Constituinte, por exemplo, se tornou norma hoje na Assembleia Legislativa do Ceará onde projetos e assunto de impacto na sociedade são exaustivamente discutidos nas Comissões afins. Hoje o Legislativo cearense conta com um complexo de comissões técnicas, cada uma delas dotada de um auditório, onde se vê quase todos os dias vários debates e audiências públicas acontecendo.

Os mecanismos de participação inseridos na Constituição de 89 mais a efetiva presença da sociedade civil nos debates da Constituinte abriram as portas para que a população participasse dos processos de elaboração de leis, políticas públicas e decisões por meio dos mais variados mecanismos, nos conselhos criados no âmbito do Executivo, onde hoje encontram assento, inclusive.

Solenidade de Promulgação da Constituição Estadual



Deputado Antônio Câmara promulga a Constituição em 5 de outubro de 1989.

### AS CONQUISTAS DA NOVA CARTA

A Constituição estadual de 89, apesar dos contratempos e polêmicas iniciais, conseguiu avanços até então impensáveis no Estado do Ceará. Ele não se limitou a uma simples adaptação da Carta Magna, foi além em todos os temas possíveis, dentro dos limites estabelecidos pela Federal. Assim o Ceará ganhou uma Legislação inédita que é o capítulo que trata da Política Agrícola e Agrária, com 16 artigos. Foi todo elaborado pelo líder da maioria, deputado Alexandre Figueiredo (MDB) por meio da participação de deputados e especialistas nas áreas agrícola e agrária.

Outro capítulo inédito inserido na Carta do Ceará foi o que trata do Meio Ambiente. Surgido de um esforço da bancada progressista, em especial do petista João Alfredo, em meio a embates acirrados com a bancada do Centrão, esse capítulo criou mecanismos de proteção ambiental que não existem em outros Estados, em que pese os avanços da Constituição Federal nessa área. Nele consta, por exemplo, a exigência da aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, de projetos de grande impacto ambiental. No processo de licenciamento ambiental para esse tipo de projeto, passou a ser exigido um estudo de impacto ambiental a ser aprovado pelo Conselho.

A Constituição do Ceará de 1989 avançou ainda na questão dos municípios, trazendo-lhes mais autonomia, embora não a desejada por ter que obedecer aos limites estabelecidos na da Carta Federal.





# CONSTITUINTES 1989



Agaci Fernandes



Alceu Coutinho



Alexandre Figueiredo



Antônio Câmara



Antônio dos Santos



Antônio Jaco



Antônio Tavares



Barros Pinho



Bitu dos Santos



César Barreto



Cláudio Pinho



Domingos Fontes



Edson Silva



Elmo Moreno



Erasmo Alencar



Erivano Cruz



Eudoro Santana



Everardo Silveira



Fonseca Coêlho



Francisco Aguiar



Francisco Pinheiro Landim



Franzé Moraes



Geraldo Azevedo



Gomes Farias



Henrique Azevedo



Ilário Marques



Jarbas Bezerra



João Alfredo



João Luiz



João Viana





Júlio Rêgo



Liaderson Pontes



Luiz Pontes



Macário de Brito



Manoel Duca



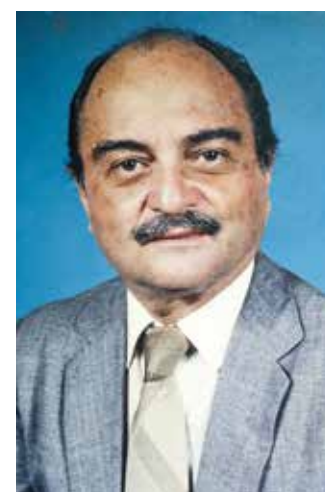
Marcos Cals



Maria Dias



Maria Lúcia



Narcélio Limaverde



Nilo Sérgio



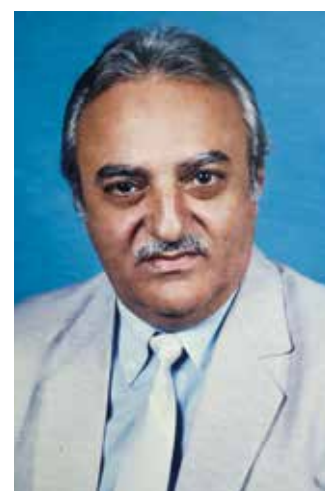
Nonato Prado



Paulo Quezado



Pedro José



Tarcísio Monteiro



Teodorico Menezes



Tomaz Brandão



*A Assembleia Legislativa abriu suas portas e recebeu com o maior prazer todas as propostas da sociedade civil, milhares e milhares de propostas. Muitas delas foram aprovadas no texto base da Constituição”.*

## Alexandre Figueiredo

### Plano Plurianual foi o resultado mais profícuo da participação popular

Líder da bancada da maioria na Constituinte, o agora conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Alexandre Figueiredo (MDB), foi o responsável pela elaboração de um capítulo completo da Carta Estadual, o que trata da Política Agrícola e Agrária do Ceará, com 16 artigos. Alexandre foi também o deputado que teve o maior número de emendas aprovadas: 323 propostas. Sua atuação rendeu uma homenagem do deputado Ulisses Guimarães. Ele considera que o Plano Plurianual (PPA) foi um dos resultados mais profícuos da participação popular estabelecidos pela Constituição.

Para ele, a elaboração da constituição de 89 foi um momento histórico para o Ceará e para os que participaram do processo. “A Assembleia já tinha feito uma Constituição do Estado em 1945, mas nunca houve um trabalho com tanta abertura como o processo constituinte de 1988 a 1989” disse ele, destacando que houve uma ampla participação popular, com as entidades de classe, de trabalhadores rurais, de políticos, vereadores, prefeitos, etc. “A Assembleia Legislativa abriu suas portas e recebeu com o maior prazer todas as propostas da sociedade civil, milhares e milhares de propostas. Muitas delas foram aprovadas no texto base da Constituição”, destacou.

Para ele, um dos resultados mais profícuos da participação popular na elaboração da Carta estadual foi o estabelecimento do Plano Plurianual (PPA) que foi implementado no início dos anos 90. “A elaboração do PPA teve a participação de todos os municípios do Ceará. Foi a primeira vez que a Assembleia saiu de casa e foi ao encontro do cidadão. Estivemos nos municípios das macrorregiões congregando todos os municípios da área. Assim fomos a Sobral, ao Cariri, ao Sertão Central, ao Vale do Jaguaribe, etc. Recebemos propostas para a elaboração do PPA e depois na sua própria execução. E essa participação popular forçou a execução da Constituição de 89, em que ainda precisamos avançar, mas ela deixou todo o cerne, o rumo, para trilharmos caminhos melhores” avaliou.

Sobre sua atuação como líder e na condição de constituinte que teve o maior número de propostas aprovadas, Alexandre disse que se sentiu honrado por esse resultado. “Aí eu tenho que fazer justiça porque esse capítulo não foi elaborado só pelas minhas mãos. Houve uma participação de vários deputados e de pessoas da mais alta qualidade nas áreas agrícola e agrária. Esse trabalho foi a compilação de muitas propostas e eu tive essa honra de ter sido assessorado por juristas do mais alto gabarito e tenho a honra de ter elaborado esse capítulo”, afirmou ele.





“

*Trouxemos talentos e contamos também com o talento dos servidores da Assembleia que, somados à atuação decisiva dos deputados, fizemos uma Constituição que teve apoio amplo, da imprensa, da sociedade”.*

## Antônio dos Santos

### Soubemos interpretar a vontade popular

Para o ex-deputado constituinte Antônio dos Santos, o ponto mais relevante da Assembleia Constituinte foi saber interpretar a vontade popular. Segundo ele, os pontos que mais geravam demandas eram educação, saúde e seguranças, embora na época a sociedade não enfrentasse a insegurança de hoje em dia. “O mais interessante foi que a sociedade como um todo começou se organizar. A Assembleia como a igreja, como a classe médica, como os pastores, tem um lado bom, tem os que tem algum ou defeito outros até defeitos demais, mas a Assembleia representa o Poder Legislativo, é o poder popular. Nela está o representante do comerciante, o representante do bancário, está o representante do insatisfeito, o representante do intelectual, daquele que bebe, daquele que se acha injustiçado. A Assembleia é um tambor do povo, representa a sociedade com suas virtudes e os seus defeitos”, disse ele.

Antônio dos Santos diz que ele e os colegas fizeram um trabalho profundo para elaborar a melhor Constituição para o Estado do Ceará. Observa que se inspiravam no trabalho feito pelos parlamentares Câmara dos Deputados, na elaboração da Carta Federal. “Fizemos um trabalho profundo para elaborar a melhor Constituição para o Estado do Ceará.

Esperamos-nos no trabalho que estava sendo feito em Brasília, comandado por Ulisses Guimarães: a Constituição Cidadão. Trouxemos talentos e contamos também com o talento dos servidores da Assembleia que, somados à atuação decisiva dos deputados, fizemos uma Constituição que teve apoio amplo, da imprensa, da sociedade. Essa Constituição que ainda hoje está vigente, com alguns aditamentos, com alguns artigos excluídos”, acrescentou.

Ele confessou que até hoje carrega um sentimento de orgulho, de muita vaidade, no sentido de alegria. Trata-se, segundo ele, da vaidade de ter tido a oportunidade de representar a população do seu Estado. “É um sentimento de muita vaidade, sem ser a vaidade condenada pelos céus. A vaidade de ter tido a oportunidade de representar a população do meu Estado. Um sentimento de alegria. Agora nem tanto porque o tempo passou, mas eu tinha uma vaidade tão grande de sair daqui com o bottom de deputado na lapela, aqui e em Brasília, na Câmara dos Deputados. Hoje já se tem até um temor de se identificar como deputado. Mas as coisas estão melhorando. Eu fiquei tanto tempo deputado que ninguém conhece o Antônio dos Santos, conhece o deputado Antônio dos Santos”, finalizou.



“

*Recebi na Assembleia a presidente da Associação do Ministério Público, Maria José Marinho e, atendendo às demandas da categoria, subscrevi emenda que beneficiava o MP”.*

## Antônio Jacó

### Atuação em defesa do Ministério Público

O deputado constituinte Antônio Jacó, que era o Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia, destaca um dos seus principais pontos de atuação na elaboração da Carta Magna estadual como sendo a defesa dos interesses do Ministério Público. “Recebi na Assembleia a presidente da Associação do Ministério Público, Maria José Marinho e, atendendo às demandas da categoria, subscrevi emenda que beneficiava o MP”, conta ele.

Jacó disse que aí aconteceu um fato pitoresco que entrou para o folclore da Constituinte. “Uma semana depois ela (procuradora) me procura. ‘Deputado, tem um problema aí. O deputado César Barreto apresentou uma emenda que anula a que o senhor apresentou’. Mas o César é meu amigo e eu falo com ele, garanti. A solução encontrada foi o César Barreto votar contra a emenda que ele apresentou. Esse fato, na época, entrou até para o folclore da política. Na hora da votação, o deputado Antônio Câmara, que presidia, fez a chamada. Ele não respondeu. Ficou nervoso, o plenário cheio e ele ia votar contra a emenda que apresentou. Na segunda chamada, o deputado Câmara pergunta: ‘Deputado César Barreto, como vota?’ Ele disse, ‘voto com a emenda do deputado Antônio Jacó’. A imprensa explorou na época até de maneira debochada. Mas na verdade, foi o poder do convencimento. Não justificava disse que o Ministério Público teria ganhos com minha emenda e que a dele anulava os efeitos dela. Esse

caso foi realmente folclórico”, lembrou.

Ele destaca que a participação popular foi muito grande. “Na época eu era secretário da Casa o primeiro secretário tem uma função muito espinhosa de conduzir a parte administrativa. Mesmo assim, eu chegava 6h30 min, para poder atender as demandas da minha função como secretário e não faltar a Constituinte. Mas eu me recordo que houve uma participação popular muito acentuada. O plenário era cheio e um fato que chamou atenção na época era que todos os deputados participavam ativamente”, enfatizou.

Disse que as votações eram feitas com o plenário cheio, com a unanimidade dos presentes. Um tema marcante que ele destaca referia-se à Defensoria Pública. “De um modo geral, no Brasil, não se olha para o pobre, para o velho e para a criança”. Disse que a Defensoria Pública foi fruto desse período.

Voltando às sessões, Antônio Jacó disse que as discussões eram acaloradas, mas respeitadas. “Depois que deixei de ser parlamentar, vi alguns arroubos que não são republicanos. Na nossa época, havia discordâncias, evidentemente, cada partido defendia as suas reivindicações para que fossem analisadas, mas nunca se registrou um fato que demonstrasse uma insensatez ou excesso na conduta. Foi um período em que o Ceará marcou presença no contexto do país, em razão do comparecimento de todos os parlamentares”, lembrou.





“

*Quando nós sentávamos para conversar todos nós éramos deputados com o compromisso de fazer uma Constituição que viesse realmente ao anseio do povo cearense”.*

## Francisco Aguiar

### A Constituição foi feita com seriedade e esmero

Para o ex-deputado e ex-governador Francisco Aguiar, que era filiado ao MDB, a Constituinte foi um momento de importância histórica. “Nós tivemos a Constituição Federal de 88 e a Assembleia, sem dúvida, teve que elaborar a Carta estadual para que nós pudessemos nos adequar às diretrizes da nossa Carta maior. Então, foi uma Assembleia que teve uma participação muito grande, muitos colegas apresentaram projetos, emendas, sugestões, não apenas na Constituição, mas também nas disposições transitórias. De forma que foi um trabalho realmente feito com muito esmero, um trabalho com muita seriedade e que realmente nos deu os fundamentos que temos até hoje com exceção de algumas pequenas emendas que foram mudando a constituição”, prosseguiu.

Aguiar apresentou 17 sugestões que foram compartilhadas com os colegas para que fossem feitas algumas adaptações, e sugestões para acrescentar algumas coisas. “Foi um trabalho em conjunto e lembro bem que foi na parceria que tinha entre os colegas. Ali nós estávamos realmente fazendo um trabalho para o estado do Ceará. Ali não tinha partido A, partido B, partido C. Quando nós sentávamos para conversar todos nós éramos deputados com o compromisso de fazer uma Constituição que viesse realmente ao anseio do povo cearense”.

Ele diz que as suas propostas eram voltadas para a área social e agrícola porque tinha uma preocupação muito

grande com os períodos constante de seca. “Era mais certa a seca do que o inverno. O inverno hoje é praticamente uma exceção. Realmente a gente tinha uma preocupação enorme com a agricultura que era nossa maior produção. Nessa parte de agricultura também estava incluída a parte da pesca, uma fonte de renda muito grande na época que nós produzíamos aqui muita lagosta e essa lagosta se exportava. Sem dúvida gerava emprego, recursos circulando no estado”, disse ele.

Aguiar considera que valeu a pena participar da elaboração da nova Carta estadual, apesar de ter havido algumas pequenas mudanças, que foram incluídas e depois foram excluídas, mas porque foi uma Constituição feita em função da adaptação que era preciso ter em relação a Federal, mas colocando acima de tudo as peculiaridades do nosso estado.

O ex-deputado disse que por coincidência seu pai foi constituinte em 1947, que foi o ano em que ele nasceu. “Nessa de 47 estava meu pai e o meu avô, pai da minha mãe, todos os dois foram deputados constituintes. Papai entrou na política, papai era um homem rico aqui do Ceará, estava entre os 10 homens mais ricos daqui. Quando ele faleceu quase ninguém fez nem inventário. Tinha gasto tudo. Hoje em dia diz que é o contrário, político entra para se locupletar, mas naquela época não, era realmente porque a pessoa amava”, concluiu.



“

*Eu acho que a Constituição ainda está atualizada. Apesar do país estar passando por uma grande dificuldade, principalmente na área econômica, com o desemprego, a Constituição cumpriu o seu papel”.*

## Franzé Moraes

### Povo cearense teve uma participação grandiosa na Constituinte

Para o ex-deputado Franzé Moraes, que à época era do MDB, o povo cearense teve uma participação grandiosa na elaboração da Constituição Estadual. “Foi um negócio fantástico. A Assembleia vivia lotada durante todo o período do estudo para fazer a Carta Magna. A Assembleia era lotada sempre. Todo dia a gente chegava e o povo enchia as galerias. E se aqui e acolá alguém quisesse fazer alguma coisa contra uma Carta de extrema liberdade e democracia recebia muita vaia. Ninguém tinha muita coragem para fazer nada contra”, lembrou.

Para ele a Constituinte Estadual foi um momento muito importante para todos os parlamentares. “Assinar a nova Carta, em um regime democrático, após tanto tempo em situação contrária, foi algo que marcou a todos nós que tivemos a felicidade de participar, mudando toda a história democrática nesse país”. Observou que todos os constituintes, de uma maneira geral, defendiam o que estava sendo implantado no país, naquele período. “Nenhum de nós teve visão diferente. Todos nós juntos sabíamos que tínhamos uma responsabilidade muito grande, até mesmo por ser o reinício da democracia. Unidos, fomos ao encontro dos desejos de todo o povo brasileiro”, disse.

Franzé acrescentou: “Eu acho que a Constituição ainda está atualizada. Apesar de o país estar passando por uma grande dificuldade, principalmente na área econômica, com o desemprego, mas a Constituição cumpriu o papel dela. Logicamente que depois de 30 anos é salutar modificar alguma coisa para melhorar todo esse quadro. Os governos federal, estaduais e municipais devem estar sempre juntos para poder dar ao povo aquilo que ele merece”.

Moraes, que era segundo vice-presidente, destaca que a Mesa Diretora era muito unida. “Todos que faziam parte queriam um objetivo só. A gente conversava tudo antes de entrar no plenário e já ia com uma posição pesquisada, que o povo gostaria que a gente registrasse. Eu acho que a Constituição poderia melhorar agora, depois de tantos anos. Não só o Ceará, mas o país como um todo” prosseguiu.

Ele acredita que o maior avanço da Constituição foi criar medidas que melhorasse a situação do povo. “Isso voltado para o funcionário público, o desempregado, as instituições erguidas para ajudar os pobres. Nós lutamos muito para que essas coisas fossem minimizadas. A Constituição tinha que ser feita para a melhoria do povo. Não era para a melhoria do político, nem para as casas legislativas”, finalizou.





“

*Nós que estávamos pela esquerda e tínhamos um bom uso da tribuna, eu e o João Alfredo tínhamos uma boa retaguarda de apresentar propostas, pois nós compartilhávamos propostas do Brasil inteiro”.*

## Ilário Marques

### A esquerda soube ousar em suas propostas

Para ex-deputado Ilário Marques, do PT, que foi um dos sub-relatores, a Constituinte Estadual foi uma das mais avançadas do Brasil em assegurar inúmeros mecanismos em participação direta da população. Ele considera que foi um momento muito rico para a história brasileira e um momento de reconstrução da democracia no país. Ele relembra que a Assembleia viveu debates históricos e, “creio que da redemocratização pra cá, foi um dos melhores momentos da casa legislativa”.

Ilário destaca que “o presidente Antônio Câmara foi extremamente democrático na condução da constituinte. Ele abriu para o debate. Nós que estávamos pela esquerda e tínhamos um bom uso da tribuna, eu e o João Alfredo tínhamos uma boa retaguarda de apresentar propostas, pois nós compartilhávamos propostas do Brasil inteiro”. Observou que o enorme compromisso dos constituintes, em sua maioria, foi aprofundar aquilo que já estava consagrado na Constituição Federal. “E, nós aqui, aprofundamos as questões do estado democrático e de direito, participação popular, direitos sociais, direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente, direitos da mulher e, um capítulo da reforma fundiária e de reforma urbana”, afirmou.

Para ele, o importante é que a constituinte estadual, ao contrário de algumas poucas assembleias legislativas do país, foi

na linha de avançar nos direitos que na Constituição Federal já havia sido consagrada. “E, nós fomos com tanta sede ao pote que, algumas das conquistas que nós implementamos, depois foi alegado inconstitucionalidade pois estaria em desconformidade com a Federal, mas na verdade é que, nós fomos ousados”, salientou, prosseguindo: “Nós da bancada da esquerda, trazíamos uma retaguarda de apoios a nível nacional do partido, apresentamos proposta em todos os setores. Eu particularmente tive uma participação mais ativa porque assumi o encargo de ser sub-relator, portanto, todos os capítulos da área social eu tive não só emendas como também fui o negociador de várias emendas em diversas temáticas. Me envolvi bastante e participei de muito gosto da Constituinte Estadual”.

Ilário Marques afirma que valeu a pena participar do processo e colher os resultados. “Acho que as marchas da humanidade, embora tenhamos momentos de contramarchas, valem à pena. É uma construção. A constituinte estadual valeu à pena porque o Ceará teve sua política levada a um patamar elevado, claro que não foi só a constituinte, mas os processos sociais são reflexivos, ou seja, pela constituinte você faz os debates, reflete sobre as políticas dos dirigentes políticos daquele momento e eles avançam sobre a constituinte. Então, o estado do Ceará vem avançando desde o governo Tasso e, até agora, adota uma política de avanços”, pontuou.



“

*Temas que não apareciam antes foram abordados: indígenas, o Sistema Único de Saúde, direitos da criança e adolescente, da cultura, da participação popular. Sediámos aqui evento da bancada verde na Constituinte Federal com um capítulo sobre meio ambiente, à frente o deputado Eduardo Jorge”.*

## João Alfredo

### Constituição de 89 é, além de cidadã, ambientalista e municipalista

O ex-deputado João Alfredo, então filiado ao PT, afirma que a Constituição estadual de 89 foi uma das mais avançadas do País e que, além de cidadã, ela é municipalista e ambientalista. “Aqui no Ceará sediámos alguns momentos da Constituição Federal, na minha área que é a ambiental. Temas que não apareciam antes foram abordados: indígenas, o Sistema Único de Saúde, direitos da criança e adolescente, da cultura, da participação popular. Sediámos aqui evento da bancada verde na Constituinte Federal com um capítulo sobre meio ambiente, à frente o deputado Eduardo Jorge. E isso influenciou a Constituição Estadual”, afirmou.

Para ele a Constituição estadual apresentou avanços. “Eu coloco dois aspectos. O da própria democratização em si, da participação popular, das emendas de iniciativa popular, embora isso seja pouquíssimo utilizado, porque até hoje não há a prática. Mas na parte ambiental avançamos muito”, destacou ele. O outro avanço foi na questão ambiental e aqui no Ceará foi criado um mecanismo que não vemos em outros Estados “que é a aprovação, para projetos de grande impacto pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente. Ou seja, no processo de licenciamento ambiental (uma siderúrgica, uma termoeletrica), que precisa de um estudo de impacto ambiental, há que ser aprovado pelo Conselho que é meca-

nismo de participação popular”.

Para ele, a influência da Constituição Estadual foi decisiva nas legislações posteriores. “Foi aprovada logo após a Constituinte, a lei da política estadual de meio ambiente, de 89. A nacional é de 81. Veio na sequência da Constituinte de 89, se criou um conselho estadual que era consultivo e se tornou deliberativo. Mesmo com maioria governamental é um mecanismo importante de participação popular. Outra prática que não existia era das audiências pública e se elas existem hoje é em decorrência da Constituição de 89. A profissionalização dos servidores da AL e hoje a sua estreita relação com a sociedade, são coisa que decorrem desse processo”, enfatizou.

O ex-deputado lembrou que na Constituinte Federal houve uma divisão que se reproduziu aqui: Progressistas e Centrão. “Setores conservadores se uniram e conseguiram derrotar algumas propostas importantes e impediram um avanço maior na CF. Mantiveram a tutela militar, mantendo o status das Polícias Militares. A estrutura agrária foi muito tímida. E não tocou no Judiciário. Tudo isso se repetiu aqui. Havia o bloco progressista com PT e PDT, deputados Ilário Marques, eu, Edson Silva, Paulo Quezado e Narcélio Limaverde. O Centrão era liderado pelo Nilo Sérgio, do PDS. Tudo isso era mediado pelo deputado Antônio Câmara, presidente da Casa”, finalizou.





“

*Quer dizer, quando eu digo que foi uma repetição do que Brasília fez, digo que nós adaptamos, mas procuramos avançar ainda mais, fortalecendo mais dentro daquilo que era possível para a constituinte estadual”.*

## Luiz Pontes

### Houve abertura do debate e emendas de iniciativa popular

O ex-deputado Luiz Pontes (MDB) era o líder do Governo. O que ele destacou sobre a Constituinte Estadual foi a abertura para o diálogo e participação popular. “O Alexandre Figueiredo, líder da maioria, discutiu com sindicatos, com associação, discutiu com tudo. Não só o Alexandre, como os outros todos tinham as suas reivindicações, o deputado trazia um representando uma categoria. Nisso a Carta foi muito participativa”, disse ele, lembrando que, por se tratar de algo novo, muitos veteranos não gostavam, tinham resistências a apresentação de leis de iniciativa popular. “O pessoal engasgou, mas a gente ia em frente e deu certo”, prosseguiu.

Como líder do Governo, Luiz Pontes tem vivo na memória os primeiros entraves durante a Constituinte, que estavam relacionados com embates políticos. O então governador Tasso Jereissati não conseguiu eleger o presidente e viu um adversário, o deputado Antônio Câmara, presidindo a Casa e a Constituinte estadual. Ainda assim, Pontes considera que Câmara agiu de forma madura, conduzindo os trabalhos com brilhantismo.

Luiz Pontes lembra que o maior problema era referente à conquista de direito por funcionários públicos, o que fez Tasso Jereissati afirmar que o Estado poderia ficar ingovernável. Lembra que depois disso, os prefeitos municipais fizeram coro ao governador e todas essas coisas marcaram um início de trabalho bem lento da Constituinte. Mas, ao fim, as coisas adquiriram uma dinâmica própria e os trabalhos ganharam impulso, com uma efetiva e surpreendente partici-

pação da sociedade. “Houve uma participação muito grande, o pessoal da esquerda sempre consegue mobilizar mais, os empresários lutavam também. Tinha ainda a questão do PT que acabara de conquistar duas cadeiras, mas foi formado um bloco de esquerda. De esquerda mesmo tinha lá era só João Alfredo e o Ilário Marques. Travestidos de esquerda ali estavam o Paulo Quezado, com o Edson Silva que não era uma esquerda propriamente dita, mas estavam ali no PDT do Brizola, aquela coisa”, acrescentou.

O ex-constituente acredita que “apesar desse tumulto que aconteceu, nós nos reunimos, nos conscientizamos da importância e do papel histórico que a Assembleia ia ter naquele momento de nós trabalharmos a constituição do Ceará, apesar de ser uma repetição da Federal, nós tínhamos pouca liberdade de avançar mais um pouco do que nós desejávamos ou que algum companheiro desejasse naquele momento, mas acho que houve avanços, principalmente na questão do meio ambiente”.

Luiz Pontes diz que houve avanços também nos direitos humanos, defesa do consumidor que se mostrou posteriormente importantíssimo, com a instalação do Decom, para a descoberta de fraudes no Dpvt e aposentadorias dos idosos. “Aquilo a gente descobriu graças a comissão defesa do consumidor e esse apoio, que nós, já como presidente fizemos convênio com Procon, na época, e com a participação do Ministério Público”. Destacou ainda a conquista do povo de poder apresentar projetos de lei, poder discutir nas audiências públicas.



“

*Com certeza a Constituição de 89, embora não pudéssemos botar tudo que quiséssemos pelas limitações da Carta Federal, posso dizer que colocamos todas as melhorias possíveis”.*

## Marco Cals

### Alinhamento à causa ambiental e defesa do uso do gás natural veicular

O ex-deputado Marco Cals, atual Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Secretaria das Cidades do Estado do Ceará, considera um privilégio ter tido a oportunidade de participar da história cearense por meio da elaboração da Constituição do Estado. “A gente fica imortalizado na história, junto com os demais participantes. Foi um marco importante da minha vida pública e coincide com o início dela”, disse ele.

Cals relembra que foi eleito a primeira vez em 1986, com apenas 22 anos, ‘muito jovem e lidando com pessoas mais maduras’. Como na época não havia um índice de renovação tão grande, a maioria dos que estavam no parlamento já eram veteranos. “Convivi com vários companheiros que me ensinaram muito. No começo ainda um pouco tímido, pela pouca idade e experiência, mas observando sempre a desenvoltura daquelas pessoas que tinham mais experiência”, declarou.

Logo após a promulgação da Constituição Federal, os Estados tiveram que instalar suas Constituintes estaduais. “Então eu comecei a trabalhar, juntamente com os deputados do PT, com os quais me alinei na área do meio ambiente. Eu era muito estimulado a implantar aqui no Ceará o gás natural veicular. Meu pai tinha sido ministro das Minas e Energia, o César Neto (irmão) deputado federal e prefeito de Fortaleza, então tinham um bom conhecimento nessa área. Então

propus algumas emendas dando prioridade ao gás natural para o transporte público e táxis”, disse ele. Acrescentou que o gás natural era uma coisa moderna naquela época e hoje muito usada.

O ex-constituente lembra ainda ter participado muito dos debates, com pessoas capacitadas, apresentando, juntamente com o Plenário da Assembleia, emendas em que foi possível avançar cada vez mais nas conquistas da nossa população e sobre os servidores públicos estaduais. “Nós tínhamos que adequar, portanto, não tínhamos tanta liberdade de apresentar propostas que avançassem além da Constituição Federal de 88”, prosseguiu.

A questão sobre as limitações impostas pela Constituição Federal (uma vez que ela ampliou muitos poderes do Congresso Nacional e limitou muito as ações das Assembleias Legislativas) foi algo que tornou o trabalho mais árduo. “Nós tínhamos mais poderes antes, até de emancipar distritos e criar municípios. Depois disso foram criadas limitações. A gente também podia legislar sobre matéria financeira, apresentar emendas e projetos que pudesse contribuir para a unidade tributária no Estado. Depois da Constituição de 88, nós tivemos a perda dessa prerrogativa. Mas dentro daquilo que a gente podia ajustar, aquela legislatura foi muito rica para o nosso Estado, contribuiu bastante para que houvesse grandes avanços”, finalizou.





“

*Houve um envolvimento muito grande da sociedade naquele momento, as pessoas tinham sede de participar, colaborar, pois estávamos saindo de um momento de autoritarismo”.*

## Maria Dias

### Foco na democracia, participação e inclusão de crianças deficientes

A ex-deputada constituinte Maria Dias, disse que teve orgulho de ter ajudado a fazer a Carta estadual de 1989. “Foi um momento muito empolgante na vida do Brasil. Naquele tempo a transição democrática efervescia no País inteiro, e eu consegui participar desse momento de uma forma grandiosa. Fui eleita a quarta deputada mais votada do Estado, eu estava na equipe do governo estadual como secretária, mas saí da secretaria para participar”, disse ela.

Maria Dias afirma que tanto ela quanto os seus pares tinham a visão global de escrever uma Constituição num momento de transição democrática. Para mim era tão importante, empolgante, que a gente tinha que se deter foco no assunto e esquecer os deslumbramentos. Houve um envolvimento muito grande da sociedade naquele momento, as pessoas tinham sede de participar, colaborar, pois estávamos saindo de um momento de autoritarismo. Eu tinha todo um ranço daquela história. Considero essa luta, essa participação uma vitória grande das mulheres e da educação. Sempre estive na linha de frente da educação, na sala de aula, em cargos do Executivo. Tudo que se vai fazer na educação é grandioso então me fiz muito representando a educação”, lembrou.

A ex-deputada disse que o trabalho era um redesenho global. “O foco era a democracia, a participação, a inclusão, por exemplo, de crianças deficientes. Garantimos a educação de 7 a 14 anos, universalização da educação e seu financiamento. Formação intelectual dos profissionais da educação, tudo estava no bojo. Havia toda uma solicitação, uma demanda popular reprimida que surgia. Quando debatíamos agricultura, por exemplo, estavam aqui os sindicatos e entidades envolvidas. O grupo que participou teve um momento de muito valor. A nossa contribuição até hoje rende muitos frutos”, disse ela.

Maria Dias afirma que até hoje tem a felicidade de ter sido deputada na Constituinte de 1989. Foi um momento marcante na minha vida. Era tempo de redemocratização, havia uma efervescência, para mim foi algo grandioso participar desse momento histórico. Fui uma das deputadas mais votadas do Estado. E eu havia sido convidada pelo então governador Tasso Jereissati para o cargo de secretaria da administração do Estado do Ceará e estava à frente da Pasta no mesmo período. Mas decidi sair da secretaria e voltei para a Assembleia porque queria participar da elaboração da nova Carta estadual”, reafirmou.



“

*Foi um fato histórico na minha vida porque nós tínhamos acabado de receber a Constituição Federal e o Ceará começava a trabalhar a Constituição Estadual. Foi um trabalho maravilhoso, muita harmonia, mesmo nos debates mais quentes”.*

## Maria Lúcia

### Prioridade para alfabetização de crianças na rede estadual

A ex-deputada Maria Lúcia Corrêa disse que sua grande luta, durante seus mandatos e na Constituinte foi pela educação. Por todas as dificuldades encontradas na época para a alfabetização de crianças no interior, que ela já havia diagnosticado em suas experiências, ela elaborou uma emenda. “Então, quando foi na Assembleia Constituinte, pensei vou botar um artigo e botei. Está lá. Até hoje não mudaram nem o enunciado dele. Era o artigo 254, hoje é o 218, parágrafo dois. Aí diz ‘as classes de alfabetização para crianças de 6 anos terão prioridade para o aprendizado da leitura e da escrita, ensejando acesso ao primeiro grau...’ Está lá! E pronto, hoje estamos com todo mundo sendo alfabetizado, graças a Deus”, comemorou.

Maria Lúcia referia-se a situação encontrada no sistema público estadual que não aceitava a alfabetização. “Eu fui eleita a primeira vez aqui de 79 a 82, aí não fui eleita em 82. Fui para a secretaria de educação do Estado. Ubiratan Aguiar, deputado, era o secretário e nós trabalhamos muito. Eu tendo sido diretora de escola particular, a alfabetização, e a gente não conseguia, nem em Brasília, nem aqui. O sistema público do estado que não aceitava a alfabetização. Daí a emenda. Valeu muito a pena. Fiquei feliz quando fui olhar a constituição mais atual que publicaram há pouco tempo. Está aqui, intacta. Fiquei feliz”, alegrou-se.

A ex-constituinte lembra também a emenda que elaborou junto com o deputado João Alfredo, que era do PT, pedindo um salário mínimo para os aposentados do IPEC, que era lá embaixo, e nós ganhamos. ‘Vamos lá, ninguém briga. A gente estava muito empolgado, muito. Era trabalhando o tempo todo’, e acrescentou: “Foi um fato histórico na minha vida porque nós tínhamos acabado de receber a Constituição Federal e o Ceará começava a trabalhar a Constituição Estadual. Foi um trabalho maravilhoso, muita harmonia, mesmo nos debates mais quentes. Cada qual querendo o melhor possível”.

Ela lembra ainda que momentos acalorados aconteceram muitos até. “Os líderes dos partidos era que ficavam com a responsabilidade de ler as propostas. Eles liam, então cada proposta era debatida e era votada ou não. Nisso, ‘concorda ou não concorda’. Aí chegava sempre a um acordo. Tinha que chegar a alguma coisa. Ia debatendo, aprendendo”, destacou.

Na opinião dela a Constituição estadual tem sido respeitada: “As coisas vão mudando. Na proporção que as coisas vão mudando a gente tem que ir se atualizando. De uma maneira geral, acredito que a Carta está sendo respeitada. Pode ser até que alguma coisa tenha que ser retirada. Com o passar do tempo vem a adaptação”, finalizou.





“

*Foi um espaço muito forte, muito saudável. Acho que é o primeiro grito da população em termos de liberdade de dizer o que estava precisando ou querendo”.*

## Paulo Quezado

# As conquistas sociais foram o principal ganho da Constituição

O ex-constituente Paulo Quezado, que era do PDT, destaca que a constituição puxou muito para o lado social. Que esse foi o principal ganho da oposição. Foi, segundo ele, a primeira vez que houve um capítulo sobre a questão ambiental, a criação da Defensoria Pública, coisas que não existiam na constituição anterior, direitos fundamentais. “Era muito estreita a competência da constituição estadual, mas mesmo assim a gente passava por cima disso. Não queria saber de competência nem coisa alguma. Legislava do que viesse”, disse ele.

Quezado lembra que na constituinte cearense os deputados conseguiram imprimir uma marca de mudança que foi além da Carta Federal. “Normalmente a outra era um carimbo e a gente deu esse contexto de mudança, de modificação, era até uma ideia do João Alfredo. O social e despertar a população para isso. Por exemplo, a criação de juizados especiais. Um Fórum para cada bairro em Fortaleza, que foi proposta nossa”, acrescentou.

Paulo disse que apresentou uma proposta que visava à criação desses juizados. “E era um juizado especial. A Constituição Federal estruturou, aliás, fez nascer a Defensoria Pública da União e dos Estados e eu queria puxar até para os municípios para que se pudesse criar o seu quadro de defensoria pública. A minha proposta nas Disposições Transitórias eram os juizados especiais que só foram implantados 10 anos depois”, acrescentou.

Para ele, a questão social foi o principal ganho da oposição. “Porque em 88 a constituição promulgada, em 89 nós tivemos um campo para trabalhar isso. Em relação a participação popular a assembleia chegou a ir ao interior do estado. Sobral, Juazeiro, Iguatu... Ouvia, debatia. Durou um ano esse processo”, prosseguiu.

Paulo Quezado disse que o presidente Antônio Câmara estruturou muito bem os trabalhos. “Foi um espaço muito forte, muito saudável. Acho que é o primeiro grito da população em termos de liberdade de dizer o que estava precisando ou querendo”. Conforme Quezado, durante o ano em que foi discutida a constituinte, ela tomou a maior parte dos tempos de debates na casa legislativa. “O (presidente) Antônio Câmara tinha uma vantagem que era ser um presidente muito independente. Ele tinha choques e mais choques com o governador Tasso Jereissati. Era tanto que o placar era 24 a 22. Normalmente muito em cima do outro. Um voto de um deputado somava muito naquele espaço”, concluiu.

Segundo ele, a população como um todo começou a sentir que o Brasil não seria o mesmo a partir de 88. “O Brasil todo passou a falar de Constituição. A imprensa teve um papel importantíssimo em dizer à população o que é uma constituição e qual o seu desejo para que isso se efetivasse como direito. No âmbito estadual seguiu essa mesma lógica. A assembleia legislativa chamou para si a presença de quase todos do Ceará”, finalizou.